

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**  
**CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR – MARINHA**  
**2009/2010**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

A estratégia nuclear iraniana e os desafios colocados à  
comunidade internacional.

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO  
CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO  
CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA/ DO  
EXÉRCITO PORTUGUÊS/ DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA/ DA GUARDA  
NACIONAL RÉPUBLICANA.

1TEN EN-MEC Oliveira Azenha  
*Primeiro-tenente*



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A ESTRATÉGIA NUCLEAR IRANIANA E OS DESAFIOS  
COLOCADOS À COMUNIDADE INTERNACIONAL**

**PEDRO JORGE DE OLIVEIRA AZENHA**

Trabalho de Investigação Individual do CPOS - MARINHA

Lisboa, 2010



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A ESTRATÉGIA NUCLEAR IRANIANA E OS DESAFIOS  
COLOCADOS À COMUNIDADE INTERNACIONAL**

**PEDRO JORGE DE OLIVEIRA AZENHA**

Trabalho de Investigação Individual do CPOS - MARINHA

**Orientador:**

Renato Pinheiro

MAJ TOCART

Lisboa, 2010

## **Agradecimentos**

Os meus agradecimentos dirigem-se:

Aos apoios institucionais e pessoais, aos quais é de elementar justiça expressar o meu mais profundo reconhecimento e gratidão. A todos o meu muito bem-haja.

Ao MAJOR Renato Pinheiro professor do Instituto de Estudos Superiores Militares e orientador deste trabalho, o meu obrigado pela disponibilidade, interesse e acompanhamento sempre manifestados.

Aos camaradas do CPOS M 2009/2010, e aos camaradas dos restantes ramos.

Uma palavra especial à minha esposa, Mónica, pelo apoio e compreensão demonstrados à ausência sistemática, ao convívio familiar e à minha filha Matilde, pela atenção e dedicação e muita brincadeira de que se viu privada.

## Índice

Índice.....	iii
Índice de Figuras.....	iv
Palavras-chave .....	vii
Lista de Abreviaturas .....	viii
1. Introdução.....	1
2. História e Geopolítica do Irão .....	4
3. O Irão como país nuclear .....	10
4. O Irão e a Reacção da Comunidade Internacional e das Diferentes Potências Face ao Programa Nuclear Iraniano .....	14
a. A posição do Irão .....	14
b. A posição Russa.....	15
c. A posição Chinesa.....	17
d. A posição Norte-Americana .....	17
e. A posição da União Europeia (UE).....	19
f. A posição da NATO .....	19
5. As opções ao dispor da Comunidade Internacional.....	20
6. A actualidade – novos desenvolvimentos .....	23
a. Revisão do TNPT, Cimeira de Segurança Nuclear .....	23
b. Brasil, novo participante na discussão do problema nuclear do Irão .....	24
7. Considerações finais .....	26
8. Referências Bibliográficas .....	29

## Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa do Irão .....	4
Figura 2 – Localizações complexos nucleares .....	12

## **Resumo**

O Irão ainda não tem armas nucleares mas continua a aproximar-se desse objectivo, mal grado todos os esforços feitos, a nível internacional, para se impedir que algum dia as venha a ter. Está, de momento, numa das fases mais sensíveis e de maior vulnerabilidade do respectivo processo de aquisição: entre o já não conseguir esconder por mais tempo as suas verdadeiras intenções e o não dispor ainda da capacidade de dissuasão que a sua posse representa.

O actual problema iraniano encontra-se numa fase crítica mas não constitui uma crise; trata-se de linguagem diplomática mas que tem subjacente o facto de que a questão não envolve uma ameaça iminente. É, de facto, verdade que o Irão precisará ainda de alguns anos para poder dispor de armas nucleares; entre cinco e dez anos, provavelmente mais na ordem dos dez anos, segundo as mais recentes avaliações dos serviços de informações americanos, tal como transpareceram para o público. Assim sendo os desafios colocados à comunidade internacional são imensos. Vão desde a diplomacia até à própria intervenção militar.

## **Abstract**

Iran has no nuclear weapons but is still closer to that goal, barely willingly made every effort at the international level, to prevent some day may have. Is at present one of the stages most sensitive and most vulnerable of its procurement process: from now you cannot hide any longer their true intentions and do not yet have a deterrent capability that possession represents.

The current Iranian problem is a critical phase but not a crisis, it is diplomatic language but it embodies the fact that the issue does not involve an imminent threat. It is indeed true that Iran does need some years to have nuclear weapons, between five and ten years, probably more in the order of ten years, according to the latest assessments of American intelligence services, as made clear to the public. So the challenges facing the international community are immense. Ranging from diplomacy to the military intervention itself.

## **Palavras-chave**

Agência Internacional Energia Atómica

Ahmadinejad

China

Comunidade Internacional

Coreia do Norte

Estados Unidos da América

Estratégia

Irão

Iraque

Khomeini

Nações Unidas

Nuclear

Rússia

Tratado de Não Proliferação Nuclear

União Europeia

Xiitas

## Lista de Abreviaturas

<b>AIEA</b>	Agência Internacional de Energia Atómica
<b>BRIC</b>	Brasil, Rússia, Índia e China
<b>CSNU</b>	Conselho Segurança Nações Unidas
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPEP</b>	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
<b>START</b>	Strategic Arms Reduction Treaty
<b>UE</b>	União Europeia
<b>TNPN</b>	Tratado de Não Proliferação Nuclear

## 1. Introdução

Apesar das dificuldades que as forças militares norte-americanas atravessam no Iraque, ainda persiste nos círculos neo-conservadores em Washington a noção de que o Irão sempre foi uma ameaça muito maior aos interesses regionais e globais dos Estados Unidos do que o Iraque. Antes do início das operações no Iraque em Março de 2003, a noção que os neo-conservadores deixavam transparecer nos diversos discursos proferidos era a de que "se a questão iraquiana fosse resolvida a contento, o Irão deixaria de ser um problema"<sup>1</sup>.

Por outras palavras, se a Casa Branca conseguisse instalar em Bagdade um governo pró-americano as bases militares que os Estados Unidos aí instalassem, iriam limitar seriamente o activismo revolucionário e fundamentalista do Irão no Médio Oriente, com uma inerente maior estabilidade nos mercados petrolíferos, algo de essencial para uma economia americana que esta viciada no petróleo<sup>2</sup>.

A crise nuclear iraniana concretiza o mais recente desafio à comunidade internacional no que respeita ao cumprimento das normas exaradas no Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP)<sup>3</sup>, dos quais o Irão é um dos Estados assinantes. Na verdade, e se comparada com a outra crise similar que persiste na península coreana, esta é essencialmente diferente em virtude de diversos factores:

- a) A existência de uma componente nacionalista e religiosa na dinamização da crise;

---

<sup>1</sup> Declarações neste sentido foram proferidas por Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz e Richard Perle, entre outros

<sup>2</sup> A República Popular da China também caminha nesse sentido

<sup>3</sup> O Tratado de Não Proliferação Nuclear é um tratado entre Estados soberanos assinado em 1968.

Considerado pelos seus signatários como pedra fundamental dos esforços internacionais para evitar a disseminação de armas nucleares e para viabilizar o uso pacífico de tecnologia nuclear da forma mais ampla possível, paradoxalmente apoia-se no "princípio da desigualdade de direitos", e procurar congelar a chamada geometria do poder nuclear em nome da conjuração do risco de destruição da civilização.

Em sua origem tinha como objectivo limitar as armas nucleares dos cinco países que o assinavam - Estados Unidos, União Soviética, China, Grã-Bretanha e França. A China e a França, entretanto, não ratificaram o tratado até 1992.

Os cinco países citados são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (como a União Soviética não existe mais, em seu lugar está a Rússia) estão obrigados, pelos termos do tratado, a não transferir armas nucleares para os chamados "países não-nucleares", nem auxiliá-los a obtê-las.

- b) As reservas petrolíferas da região do Golfo Pérsico são enormes sendo essenciais para o alimentar de uma economia mundial sedenta de hidrocarbonetos;
- c) As grandes potências e organizações internacionais envolvidas nos dois processos negociais são diferentes;
- d) O Irão é signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear, enquanto a Coreia do Norte se retirou unilateralmente;
- e) As implicações geopolíticas de um eventual conflito militar serão distintas ainda que igualmente graves.

No entanto, ambas as crises têm um fio condutor comum no que concerne aos Estados acusados de violarem as normas relativas a investigação e desenvolvimento de programas nucleares. Irão e Coreia do Norte buscam através de um programa de investigação e produção de energia nuclear para fins pacíficos (como argumentam) direccionar este potencial de investigação e desenvolvimento (I&D) para fins militares (argumento da comunidade internacional, negado por ambos). Na realidade, subjacente a esta aplicação militar de projectos de produção de energia eléctrica a partir de centrais nucleares, encontram-se preocupações conotadas com a segurança nacional de ambos os Estados, que vem a sua catalogação como elementos do "Eixo do Mal", como um prefácio de uma intervenção militar norte-americana que visa derrubar os respectivos regimes<sup>4</sup>.

Perante a primazia norte-americana e a sua quase hegemonia no plano militar onde usufrui de uma supremacia tecnológica e doutrinaria, que lhe permite actuar eficaz e decisivamente no plano estratégico e operacional perante Exércitos constituídos e com doutrinas assentes em meios convencionais, Teerão e Pyongyang viram com crescente apreensão o intervencionismo militar de Washington tanto no Afeganistão como no Iraque, extrapolando em conjunto com a Síria, que possivelmente poderiam vir a ser os próximos alvos a médio prazo. Sabendo-se que os investimentos em sistemas militares conotados com a lógica associada à transformação da defesa é algo de não apenas extremamente oneroso como de difícil materialização devido aos embargos tecnológicos e militares a que ambos os países se encontram sujeitos (quase absoluto no caso da Coreia do Norte<sup>5</sup>, mais

---

<sup>4</sup> Não é por mero acaso que Pyongyang procura obter em troca da cessação do seu programa nuclear uma declaração formal por parte dos Estados Unidos na qual estes abdicam de recorrer à força militar contra a Coreia do Norte.

<sup>5</sup> O único país que fornece algum equipamento militar à Coreia do Norte é a República Popular da China.

pantanosos no caso iraniano<sup>6</sup>), o recurso à opção nuclear, por mais reduzida que ela seja em termos de arsenal<sup>7</sup>, confere a estes Estados uma capacidade de dissuasão mínima capaz de, na perspectiva de os países visados, condicionar seriamente as estratégias militares de emprego de força ao dispôr dos Estados Unidos. Este pressuposto faz com que uma solução diplomática para as profundas divergências existentes entre Washington e Teerão, ainda que possível, seja cada vez menos provável. Paralelamente uma opção militar por parte dos Estados Unidos e de Israel poderá vir a ser contemplada, independentemente das consequências graves que tal acarretará para a segurança regional e para a economia mundial.

As opções ao dispor da comunidade internacional são limitadas e implicam, quer se queira quer não, concessões a Teerão em prol da continuidade das actividades de inspecção no terreno e a não retirada do Irão do TNPN.

De realçar que Ricardo Alexandre, no seu livro “Irão: O País Nuclear” (uma das referências bibliográficas deste trabalho), entrevista um vasto leque de iranianos em Teerão, que abrangem os vários sectores da sociedade (arte, jornalismo, ensino, estudantes, magistrados, etc.) e que todos defendem que o Irão deve prosseguir com o desenvolvimento da sua capacidade nuclear, que é um direito que o Irão tem tal como outros países já o fizeram (Paquistão, Índia), mas só deve ser utilizado para fins pacíficos.

Será então a estratégia de desenvolvimento da capacidade nuclear do Irão uma ameaça à segurança regional/internacional?

A meu ver é, se for utilizada para fins não pacíficos. Então perante isto, quais os desafios colocados à comunidade internacional (EUA, Rússia, China e União Europeia e Nato)? Será o recurso à opção militar uma solução viável? Ou o recurso à diplomacia, com concessões de ambos os lados se tornará suficiente para resolver esta contenda?

---

<sup>6</sup> Rússia, China, Coreia do Norte, França, Estados Unidos, Reino Unido foram alguns dos países que venderam ao Irão tecnologia passível de aplicação militar.

<sup>7</sup> “Dissuasão existencial nuclear”. O racional é o de que a posse por parte de um Estado de algumas armas nucleares que possam “sobreviver” a um ataque e infligir baixas assinaláveis por intermédio de um ataque retaliatório, tende a induzir maiores cautelas “nivelando” capacidades nucleares que à partida não o são.

## 2. História e Geopolítica do Irão

O Irão é um país com setenta milhões de habitantes, dividido em trinta províncias, situado no sudoeste da Ásia, numa das zonas mais *estratégicas*<sup>8</sup> do mundo: o golfo Pérsico.



Figura 1 - Mapa do Irão

breve contextualização histórica. O Irão é um dos países com maior diversidade étnica do mundo, os persas sentam um pouco mais de metade, cerca de 51 por cento, da população iraniana, os azerbaijanos 24 por cento, os curdos entre 7 a 10 por cento, entre outras minorias étnicas de um país com mais de um milhão de refugiados estrangeiros (especialmente vindos do Iraque e do Afeganistão).

Os muçulmanos acreditam num Deus único, cuja mensagem é revelada ao homem pelo *Profeta Maomé*, nascido em Meca no ano de 570 e terá recebido a primeira revelação de Deus aos quarenta anos de idade, por intermédio do anjo Gabriel. A revelação, que se

<sup>8</sup> O Golfo Pérsico ou Árabe está localizado no Médio Oriente. Os países com litoral banhado pelo Golfo são: Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein (ilha), Kuwait, Iraque e Irão. A região foi por séculos, uma área pobre, quase esquecida e abandonada pelo mundo. Só despertava o interesse das expedições arqueológicas, visto ser o epicentro das imemoriais culturas mesopotâmicas, nascidas às margens dos rios Tigres e Eufrates. Em 1908, no subsolo da Pérsia (hoje Irão), encontrou-se um rico lençol de petróleo, tornando o Golfo um local estratégico e importantíssimo. Hoje, estima-se que o subsolo da região abrigue 2/3 das reservas mundiais, ou seja, 696.2 bilhões de barris. A riqueza impressionante do seu subsolo, que acolhe mais de 60% das reservas de petróleo conhecidas, terminou por gerar cobiças e desejos de conquista e dominação, fazendo do Golfo Pérsico uma interminável praça de guerra.

prolongou durante vinte e três anos, é conhecida por *Alcorão*. Perseguidos, Maomé e os seus seguidores iniciaram em 662 a Hégira (fuga), de Meca para Medina, 400 km a norte, marcando o início do calendário muçulmano. Quando conseguiu regressar a Meca, Maomé perdeu aos seus inimigos, estabelecendo o Islão (palavra que significa «paz» ou «submissão» à vontade de Deus) com os seus cinco pilares fundamentais: fé, oração, caridade, jejum e peregrinação. Morreu aos 63 anos. Pouco tempo depois, aconteceu a primeira grande cisão no Islamismo: de um lado os xiitas, do outro, os sunitas. Os primeiros pretendiam que o poder político permanecesse nas mãos dos familiares do Profeta. Os Sunitas não. No campo xiita, as coisas dividiam-se ainda em duas facções: os Ismaelitas e os seguidores do 12º Imã.

Os primeiros sinais de povoamento organizado datam do terceiro milénio antes de Cristo em Elam, zona de planície naquilo que hoje em dia é o Cuzistão iraniano.

Mas a história do Irão começa com o Império Persa e os Estados que foram controlando o chamado Planalto Iraniano, desde o século VI a. C, com a dinastia dos Aqueménidas, fundada por Ciro.

Já no século XX, a dinastia Cadjar foi derrubada em 1925 por um oficial do exército persa, Reza Khan, que passou a ser chamado Xá Reza Pahlavi. Passados dez anos, o Xá pediu à comunidade internacional que começasse a designar a Pérsia por Irão, termo pelo qual os persas identificavam o país desde a dinastia dos sassânidas. Tropas britânicas e soviéticas ocupam o país em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial. O Xá, apoiante do nazismo, abdica em favor do filho, Mohammad Reza Pahlavi. Os últimos soldados soviéticos saem do país um ano após o final da guerra, em 1946, sobretudo devido à influência americana junto da ONU, o que chegou a criar uma imagem positiva dos EUA no coração dos iranianos. A América era então vista como potência libertadora e não colonizadora, tal como eram vistos ainda os europeus. Em 1953, a nacionalização do petróleo, uma decisão do primeiro-ministro Mohammad Mossadegh, apoiada pelo parlamento iraniano, faz o Irão chocar com os interesses estratégicos e comerciais do Reino Unido, que detém a quase totalidade das petrolíferas do país<sup>9</sup>. Na verdade, Teerão tinha alguma razão de queixa: não tinha o direito de intervir na gestão ou contabilidade da AIOC, acabava por pagar um preço elevado pelo petróleo do seu próprio país, os principais

---

<sup>9</sup> Em 1914, no início da 1ª Guerra Mundial, o Reino Unido tinha comprado um pouco mais de metade, 52,5 %, das acções da empresa Anglo-Persian Oil Company, transformada em AIOC, Anglo Iranian Oil Company.

cargos da empresa pareciam vedados aos quadros iranianos. Estamos em plena guerra fria e aquilo que não se consegue de um lado, pode sempre conseguir-se do outro. A URSS começa a comprar petróleo ao Irão, compensando assim o boicote decretado pelos principais países ocidentais. Mas em Agosto desse ano, um golpe militar com o apoio dos serviços secretos ingleses e norte-americanos, apoio esse reconhecido anos mais tarde, e dos militares descontentes, leva à destituição e prisão do primeiro-ministro Mossadegh. O homem que tinha fugido do país, Reza Pahlavi, regressa ao poder, o qual o passa a exercer de forma ditatorial. O afastamento de Mossadegh foi a prova da importância que o Irão tinha para os objectivos estratégicos norte-americanos no Médio Oriente, devido à posição central do país no golfo Pérsico e, obviamente, à sua capacidade de produção petrolífera. Os EUA adquiriram 40 por cento das acções do consórcio petrolífero iraniano e as empresas, quadros e programas de investimento americanos começaram a anuir ao país em número elevado. Sem nunca ser questionado o autoritarismo de Reza Pahlavi, o monarca tentou modernizar o país através daquilo a que chamou Revolução Branca, incluindo a abolição de tradições ancestrais, a reforma agrária, a participação dos trabalhadores nos lucros de determinadas empresas e serviços e o direito de voto das mulheres. Com a subida em flecha dos preços do petróleo em 1973, os lucros do Irão aumentam de forma muito substancial. A riqueza, no entanto, acabou por ir parar aos bolsos de uns quantos privilegiados, numa altura em que a inflação e o desemprego estavam em alta, bem como a pressão demográfica sobre as principais cidades. Teerão, na segunda metade da década, viu a população aumentar de dois milhões e 800 mil habitantes para quase cinco milhões. Uma massa humana, atraída pela possibilidade de sucesso, chega à grande cidade e vê-se confrontada com uma realidade bem diferente. A contestação social aumentou a partir de 1977, com o aumento dos preços dos alimentos e demais bens e serviços essenciais. A oposição teocrática foi paulatinamente tecendo as malhas que levariam à queda do regime. As manifestações de rua diárias e os inflamados discursos do Ayatolah Khomeini<sup>10</sup>, vociferando contra o facto de o país alegadamente se ajoelhar perante os EUA, tocavam fundo no orgulho iraniano e faziam aumentar a contestação ao regime.

A Revolução Islâmica de 1979 levaria o Xá ao exílio. Os vitoriosos fazem parte de uma aliança que inclui partidos e movimentos de esquerda, liberais e muçulmanos

---

<sup>10</sup> Khomeini estava a preparar o seu discurso político desde os anos 60, retratando o Xá como lacaios dos EUA que não iria resistir à fúria de Deus (Alexandre, 2006, p.20)

tradicionalistas, sob a liderança do Ayatollah Ruhollah Khomeini, até então exilado em França. O poder é transferido para o primeiro-ministro Shapur Bakhtiar, mas com a renúncia deste, Khomeini assume efectivamente o poder. A 1 de Abril o Irão é oficialmente declarado República Islâmica cuja autoridade máxima, o Líder Supremo, é um chefe religioso, ou seja o próprio Khomeini. Para o poder executivo é eleito um Presidente da República, Abolhassan Bani-Sadr, um dos homens mais destacados da oposição laica ao regime do Xá. A 4 de Novembro de 1979, um grupo de estudantes islâmicos ocupa a Embaixada dos EUA em Teerão, tomando 64 norte-americanos como reféns. O governo de Khomeini, após um primeiro período de alguma contenção, apoia o assalto à embaixada e começa a fazer uma série de exigências aos EUA, entre as quais a extradição do Xá, que na altura se encontrava na América. Washington congela os bens iranianos em território norte-americano. Em Abril do ano seguinte, fracassa uma tentativa de incursão militar americana no Irão. As relações entre os dois países não melhoram nem mesmo após a morte do Xá, a 27 de Julho de 1980, no Egipto. Os reféns da embaixada norte-americana só são libertados em Janeiro de 1981, após um acordo de descongelamento dos bens iranianos nos EUA. Nessa altura, o Irão entra em guerra com o Iraque de Saddam Hussein, governado por Sunitas, que invade o Irão através de uma zona em litígio entre os dois países, junto às margens do rio Chatt El-Arab, tendo na mira o Cuzistão iraniano. Há também lutas internas entre a Guarda Revolucionária, afecta aos Ayatollahs, e os Combatentes do Povo (Mujahedins). O Presidente Bani-Sadr, que se havia aliado a estes, é destituído pelo parlamento e vai para França. Os Mujahedins são esmagados num conflito em que morrem treze mil pessoas. Também o principal partido comunista do Irão é declarado ilegal pelo regime teocrático de Khomeini.

A facção mais moderada do regime, os chamados «pragmáticos», quer o fim do isolamento e uma aproximação ao Ocidente para a obtenção de recursos com vista ao desenvolvimento do país, numa altura em que o Irão tinha aderido ao embargo decretado no âmbito da OPEP, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. A corrente radical é maioritária e opõe-se de forma veemente a qualquer tentativa de ocidentalização do país.

A longa guerra com o Iraque, começa em Setembro de 1980 e só termina em 1988, provocando uma grande destruição nos dois países, quer material, quer em termos de vidas humanas: 400 mil iranianos e 300 mil iraquianos. As perdas económicas foram também dramáticas, uma vez que os beligerantes terão gasto entre um terço e metade do orçamento

nacional. A guerra seguiu-se a vários anos de incidentes fronteiriços. O Irão não só ripostou à invasão iraquiana em 1980, como entrou em território iraquiano dois anos depois. Com o regime em dificuldades, a guerra contra o Iraque é uma oportunidade de mobilização, o que acaba por resultar, internamente, na suspensão de liberdades individuais e no atraso das reformas estruturais de que o país carece. Oito anos depois, a resolução número 598 do Conselho de Segurança da ONU põe fim à guerra entre o Irão e o Iraque.

A morte de Khomeini em 3 Junho de 1989, favorece os «pragmáticos». Um líder religioso, homem muito influente e rico é um dos principais rostos desta corrente, Ali Hashemi Rafsanjani é eleito presidente. Mas rapidamente se verificam choques com o Ayatollah Ali Khamenei, que Khomeini tinha escolhido para lhe suceder, apesar de inicialmente ter sido designado para o cargo o Ayatollah Montazeri. O novo Líder Supremo dá início a uma abertura ao exterior cada vez maior da economia iraniana.

Em 1995, agrava-se a crise económica e tem início um confronto verbal com os EUA face à possibilidade de o Irão fabricar uma bomba nuclear usando tecnologia russa. Washington manda suspender um contrato entre o Irão e a empresa petrolífera americana Conoco, decreta um embargo comercial ao país, acusando o regime de Rafsanjani de apoiar o terrorismo internacional. No entanto, estamos perante o governo mais liberal e reformista de todos os que o Irão conheceu desde o início da Revolução Islâmica. As reformas intensificam-se com a vitória de Sayed Mohammad Khatami nas eleições presidenciais de Maio de 1997. Khatami é eleito para substituir Rafsanjani com o apoio das mulheres, dos intelectuais e da juventude de um modo geral. O Irão parece querer entrar num período de abrandamento da inflexibilidade dos códigos sociais e religiosos em vigor, tendência que seria reforçada pela vitória da linha de Khatami, nas legislativas de Fevereiro de 2000, com a sua Frente de Libertação. Apesar dos ventos de mudança, o Líder Supremo Ali Khamenei continuava a considerar os jornais mais reformistas como base de apoio dos inimigos do Irão.

Em Julho de 1999, houve manifestações com milhares de estudantes nas ruas da capital iraniana, reclamando mais democracia, as quais desencadearam um choque com os adeptos da linha mais conservadora do regime. O então Ministro do Ensino Superior demitiu-se em sinal de protesto contra a repressão policial, levada a cabo pelas forças antimotim da polícia e pelos Guardas da Revolução, no interior de instalações universitárias. Esta intervenção de força acabou por ser considerada inaceitável pelo próprio Ali Khamenei,

que, no entanto, reconduziu homens fortes do regime que organizaram uma contra-manifestação de apoio ao sistema vigente, no campus universitário de Teerão. As manifestações estudantis foram proibidas e dirigentes próximos de Khamenei acusaram os EUA de estarem por detrás da contestação ao regime. No entanto, as conclusões da investigação levada a cabo pelo Conselho de Segurança Nacional iraniano acabaram por ser uma pedra no sapato dos conservadores, uma vez que provaram que foram comandantes da polícia, membros das forças antimotim e elementos do grupo Ansar-Hezbollah (Companheiros do Partido de Deus) que tinham provocado a violência que fez três mortes e 1400 pessoas detidas. A mudança de século e de milénio foi particularmente dramática para a liberdade de expressão no Irão, com o encerramento de centenas de jornais e revistas nos anos seguintes.

A qualidade de vida da esmagadora maioria da população iraniana não melhorava. A pressão do desemprego, os privilégios e a ostentação das famílias que detêm o controlo da economia e dos negócios do país (a oligarquia reinante, entre conservadores e clérigos, controla as multimilionárias fundações que arrecadam uma parte substancial das receitas do país), a veiculação da necessidade de regresso aos ideais da Revolução de 1979 preconizados por Khomeini foram os condimentos necessários para o aparecimento da vitoriosa candidatura de Mahmmoud Ahmadinehad nas eleições presidenciais de 2005. Ahmadinejad disputou as eleições presidenciais iranianas de 2009, tendo ganho, apesar de inúmeras denúncias de fraude eleitoral. A oposição denunciou as fraudes, mas o governo debelou os protestos com prisões e mortes, sobretudo em Teerão e em outras grandes cidades.

### 3. O Irão como país nuclear

Dos setenta milhões de habitantes do Irão, dois terços têm menos de 30 anos de idade (população jovem). As projecções apontam para 100 milhões de habitantes no ano 2050, num país onde a densidade populacional é de quarenta pessoas por metro quadrado. Os efeitos catastróficos da falta de planeamento familiar só se fizeram sentir nos anos 90 e as políticas de controlo da natalidade foram reintroduzidas e já se fizeram sentir: a média de filhos por casal passou de seis, para três. Em 1994 a taxa de crescimento demográfico anual já tinha descido para 1,8 por cento. Sem dúvida que o grande investimento governamental criou uma força laboral jovem e bem qualificada (a taxa de alfabetização é da ordem dos 90 por cento, chegando perto dos 100 por cento entre as gerações mais novas). No Irão a aposta nas tecnologias de ponta é ainda, de certo modo, incipiente. A economia é, para além de extremamente dependente do petróleo, fortemente estatizada e as agências e departamentos governamentais têm a capacidade empregadora esgotada. Com uma iniciativa privada na sua maioria baseada em pequenas e médias empresas, muitas de tipo familiar, o desemprego e a inflação tendem a agravar-se no Irão. As mulheres já são metade dos jovens licenciados, mas representam menos de 15 por cento do mercado de trabalho. O país, embora sendo o *quarto maior produtor mundial de petróleo* - o segundo entre os países da OPEP, com 10 por cento das reservas mundiais comprovadas - e o primeiro exportador para a emergente superpotência chamada China<sup>11</sup>, com quase quatro milhões de barris por dia, carece de investimento estratégico e uma maior aposta nas novas tecnologias. De qualquer modo, os principais analistas económicos elogiam as tentativas de diversificação económica levadas a cabo pelas autoridades iranianas, nomeadamente na indústria automóvel, electrónica e aeroespacial, no levantamento de certas taxas.

Os tempos actuais requerem profundas mudanças na estrutura económica, uma vez que ninguém acredita que o país, que desde 2005 tem o estatuto de observador junto da Organização Mundial do Comércio, possa continuar a viver muito mais tempo com excessivos défices orçamentais, em boa medida provocados pelos subsídios estatais a produtos alimentares e à gasolina.

Os objectivos nucleares do Irão não são de agora. Já o governo do Xá Reza Pahlavi pretendia construir 23 reactores nucleares no país. Antes da revolução de 1979, os trabalhos em quatro reactores já tinham começado e os restantes dezanove estavam a ser

---

<sup>11</sup> O petróleo constitui cerca de 80% das exportações iranianas.

negociados. Dos quatro iniciais, dois seriam construídos pela Siemens e os outros dois pela empresa francesa Framatome. Após a revolução, os projectos foram praticamente esquecidos, mas a utilização de armas químicas pelo Iraque de Saddam Hussein na guerra dos anos 80, faz renascer o objectivo do programa nuclear iraniano. O principal trunfo do país na Ásia Central, no início da década de 90, foi o bom relacionamento com Moscovo e a disponibilidade financeira. O Irão decidiu comprar a Moscovo 10 biliões de dólares em armas para reequipar as forças armadas depauperadas pela guerra contra o Iraque. O país decidiu investir igualmente em tecnologia nuclear russa, numa altura em que tanto Teerão como Moscovo, por um lado, concordavam que era negativa a influência dos talibãs do Afeganistão para a estabilidade regional e, por outro, não queriam dar de mão beijada aos EUA o domínio da exploração energética na Ásia Central. Esta região é de maioria sunita, daí também a preocupação com que o Irão xiita gere o relacionamento com os países sunitas da região, obtendo petróleo destes Estados para os portos iranianos no mar Cáspio e vendendo petróleo iraniano dos portos do golfo para que os países da região o possam vender no mercado internacional. É uma estratégia com o objectivo de travar o domínio das empresas norte-americanas, como a Unocal, que devido à influência iraniana, não conseguiu o seu objectivo de construir um gasoduto que ligaria o Turquemenistão ao Paquistão. Em 2001, o presidente Vladimir Putin declarou a sua intenção de vender armas e tecnologia energética nuclear para fins pacíficos ao Irão, aparentemente contrariando o que tinha acordado com Washington, no sentido de não o fazer por considerar o Irão um estado terrorista. No entanto, para a Rússia, não havia problemas, estando garantido que as armas em questão não violavam as convenções internacionais em matéria de comércio de armas e que um Irão militarmente seguro era vital para a estabilidade regional. O facto é que o Irão endinheirado era um óptimo cliente para a indústria de armamento russa, necessitada de investimento. Por esse motivo, a Rússia mostrou interesse em fazer uma parceria empresarial com os iranianos para enriquecer em conjunto o urânio. Foi a primeira tentativa de acordo com após o eclodir da crise desencadeada pelo programa energético nuclear do país de Ahmadinejad. Mas o Irão nunca desejou abdicar do direito de enriquecer urânio dentro das suas fronteiras, com os seus recursos naturais e técnicos nacionais. Esta estratégia, para além do poder simbólico que carrega, fortemente ampliado pela mobilização mediática instrumentada em torno do assunto para reforçar a sua condição de desígnio nacional, foi transformada no principal objectivo político da nova liderança das penúltimas eleições presidenciais. A reacção e as ameaças da administração

Bush são o melhor propulsor de nacionalismo que os conservadores iranianos poderiam alcançar.

Teerão tem confiado na teoria que considera os Estados Unidos fragilizados pelos meios envolvidos no Iraque. Há um conseqüente impacto negativo na opinião pública americana, quanto à possibilidade de o país se meter em novos trabalhos; e, por outro lado, a alta dos preços do petróleo também diminui significativamente a possibilidade de mais sanções económicas a um país como o Irão, um dos principais produtores mundiais.

Depois de alegadamente ter interrompido durante dois anos a investigação nuclear, em Janeiro de 2006 o Irão quebrou os selos colocados pela Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) na central de enriquecimento de urânio em Natanz, indiferente às



Figura 2 – Localizações complexos nucleares

indignadas críticas internacionais face a suspeitas de um programa nuclear paralelo. As pesquisas foram retomadas e na véspera de uma visita a Teerão do director da AIEA, El Baradei, o presidente iraniano, Ahmadinejad, anunciou formalmente aquilo que o porta-voz da diplomacia tinha dito aos jornalistas dias antes: na central de Natanz, já estavam operacionais 164 centrifugadoras. Em cerimónia televisiva à escala global, o Irão anunciou o enriquecimento de urânio a 3,5 por cento, bem longe dos

70 a 80 por cento necessários para o fabrico de uma bomba atómica. Muito longe dos milhares de centrifugadoras necessárias para o processo. Mas foi dado o primeiro passo e é tudo uma questão de tempo, dizem os especialistas. Inspectores da AIEA já chegaram a detectar amostras de urânio altamente enriquecido no centro de investigação de Lavizan, perto de Teerão, mas sem confirmação de serem novas ou vestígios antigos de centrifugadoras contaminadas.

O conselho de Segurança da ONU não chegou a aprovar a resolução ao abrigo do capítulo sétimo da Carta das Nações Unidas, que contempla o recurso à força, mas a pressão dos Estados Unidos vai nesse sentido. O Secretário-Geral da ONU, Kofi Anan e o

posterior e actual, Ban Ki-moon, defende negociações directas do Irão com os Estados Unidos, mas Washington rejeita-as. O Irão aceita cooperar se a ONU tomar decisões que, no entender de Teerão, estejam de acordo com as leis internacionais.

A alternativa à opção militar seria o compromisso do Irão em manter o enriquecimento de urânio em baixa escala e aceitar uma fiscalização internacional permanente. O Irão qualquer altura pode abandonar o TNP. Isso poderia significar uma corrida ao armamento nuclear numa região estruturalmente instável, com uma mão-cheia de conflitos mal resolvidos, tendo sempre Israel de um dos lados.

Estamos a falar de um país muito rico em recursos naturais. O Irão possui as maiores reservas mundiais de gás natural, logo a seguir à Rússia. O campo de gás de South Pars representa metade das reservas do Irão e 8 por cento das reservas mundiais de gás natural. Está estrategicamente situado, com a central nuclear de Bushehr, que a Rússia está a construir para o Irão, a ocidente e o porto de Bandar Abbas no golfo Pérsico, a oriente. A produção, longe de estar na máxima escala, servirá para exportar o gás natural iraniano para outros países asiáticos, depois da construção do gasoduto que ligará ao Paquistão, e posteriormente à Índia, fornecendo 150 milhões de metros cúbicos por dia. A China também quer beneficiar disso, e o Japão tem um projecto multimilionário para o Irão: a construção dos campos de petróleo de Azadegan. Em suma, o Irão é um palco de interesses para os mais poderosos países da Ásia.

Talvez seja bom, com a emergência da China como a grande potência do século XXI, não falando da Índia, que Europeus e Norte-americanos comecem a habituar-se a ver o *centro de gravidade* do poder mundial deslocar-se gradualmente para oriente e aceitem que o desenvolvimento de um programa energético nuclear por parte do Irão, para além de um direito, é algo inevitável. Primeiro exportador de petróleo para o mercado chinês, o nuclear é, para o Irão, uma necessidade, tendo em conta os cenários apontados por diversos e reputados especialistas de esgotamento das reservas petrolíferas, dentro de duas a cinco décadas.

O importante é que, a todos os níveis, desde a diplomacia internacional, ao apoio às forças democráticas da sociedade iraniana, se possa garantir o carácter pacífico de tal programa através de uma permanente fiscalização, comprometendo o Irão em todos os acordos que possam vir a ser conseguidos.

Mas uma intervenção militar não é o último recurso, é o pior de todos; e, por conseguinte, deve ser evitado a todo o custo.

#### **4. O Irão e a Reacção da Comunidade Internacional e das Diferentes Potências Face ao Programa Nuclear Iraniano**

##### **a. A posição do Irão**

A posição de Teerão é simples. As autoridades iranianas argumentam que ao abrigo do Direito Internacional e do TNPN tem direito a conduzirem actividades de investigação e desenvolvimento nuclear, o qual tem intenções pacíficas, não constituindo uma ameaça para a região, a qual está a ser enfatizada intencionalmente pelos Estados Unidos. É um programa que visa reduzir a exploração intensiva do petróleo e gás natural existente no país. A religião islâmica também proíbe a produção de armas nucleares. Ainda que, não negue o facto de ter obtido tecnologia nuclear a partir da rede clandestina de A. Q. Khan<sup>12</sup>, justifica tal opção com o facto de o embargo internacional não lhe permitir ter acesso a tal tecnologia. Reforça as suas intenções pacíficas com o facto de ser signatário do Protocolo Adicional do TNPN, de nunca ter invadido outro país e de que não esta a infringir as resoluções das Nações Unidas.

Teerão recorda ainda que existe uma marcante duplicidade de critérios no que concerne a programas nucleares, com a Índia, o Paquistão e Israel a não sofrerem sanções pesadas por não serem signatários do TNPT, isto numa altura em que os Estados Unidos assinaram um acordo de cooperação com a Índia que visa a adesão desta ao Tratado, dando a impressão que "o crime compensa"<sup>13</sup>.

Para Teerão aceitar o preconizado no Protocolo Adicional do TNPN, constituiria uma violação inaceitável da soberania diante da natureza pacífica das actividades nucleares no país.

---

12 Abdul Cadir Khan (Bhopal, Índia, 1 de Abril de 1936) é um cientista paquistanês, impulsor do programa de desenvolvimento nuclear do Paquistão. É considerado o pai da bomba atómica paquistanesa. É engenheiro pela Universidade de Carachi e doutor pela Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica. Em Janeiro de 2004 reconheceu haver participado em uma tramóia de vendas de armas nucleares para a Coreia do Norte, Líbia e Irão. Foi preso e colocado em liberdade no começo de 2009.

13 Veja-se F. Vieira; (2006); Visita de Bush à Índia Reforça Cooperação Militar; <http://www.voanews.com/portuguese/archive/2006-03/2006-03-01-voa1.cfm?moddate=2006-03-01> (acedido em 5 de Marco de 2010)

## **b. A posição Russa**

Moscovo tem prestado um notável apoio técnico e material ao programa nuclear iraniano, cuja face mais visível è a central nuclear de Bushehr. O Kremlin concordou tal como a China em levar a questão iraniana ao Conselho de Segurança, no entanto, e ao contrário das outras potências envolvidas nesta crise, as autoridades russas acreditam que o programa nuclear iraniano ainda se encontra no mínimo a uma distância de cinco anos de eventualmente poder vir a deter capacidade nuclear efectiva, pelo que apoiam uma solução diplomática de médio prazo.

A Rússia afirmou desde a primeira hora que não poderia aceitar o Irão como uma potência nuclear, no entanto reconhece o direito do mesmo a conduzir um programa de investigação e desenvolvimento para fins pacíficos. A complexidade da posição russa surge assim da defesa da ambivalência destes dois princípios. Os interesses da Rússia são idênticos aos da comunidade internacional, existem é divergências quanto aos métodos utilizados para atingir os objectivos.

Ainda que Moscovo tenha vindo a apoiar consideravelmente o programa nuclear civil iraniano retirando dai fortes dividendos financeiros, a componente militar deste é algo que não deixa de preocupar os estrategistas do Kremlin, visto que tal materializaria o aparecimento de uma potência militar nuclear na sua fronteira Sul, onde Teerão já detém uma influência assinalável. Desta forma, não deixa de ser curioso saber como Vladimir Putin conseguirá equilibrar mais-valias económicas com um potencial a médio de prazo de maior insegurança na região do Mar Cáspio e do Médio Oriente. Mesmo que o intuito seja a recuperação do protagonismo estratégico da Rússia no Médio Oriente. Os riscos associados a materialização do Irão como uma potência nuclear em termos de proliferação não deixariam de ter sérias consequências no que concerne à questão chechena, onde a guerrilha local poderia na pior das hipóteses, vir a obter urânio e tecnologia capaz de fabricar pelo menos aquilo que vulgarizou chamar de "bomba nuclear suja"<sup>14</sup>.

No entanto Moscovo tem assinado vários acordos de venda de armamento ao Irão, o mais recente foi em Dezembro de 2005, ao abrigo do qual ira fornecer o sistema de defesa anti-aérea próxima Tor-M1 que já se encontra em funcionamento (este sistema defensivo

---

<sup>14</sup> Estima-se que os reactores de Bushehr possam produzir por ano mais de 180 quilogramas de plutónio, o suficiente para se construir um arma nuclear rudimentar. Fred Wehling; (1999): "Russian Nuclear and Missile Exports to Iran"; *The Nonproliferation Review* n4; pp. 137;

tem a premissa, de ser capaz de defender o território iraniano, de possíveis ataques aéreos aos complexos de desenvolvimento nuclear iraniano, por parte de Israelitas ou EUA coligados ou não). No mesmo sentido iniciaram-se negociações em Janeiro de 2006 com vista a venda de mais um pacote com vários sistemas de defesa antiaérea de alcance médio S-300, os quais são essenciais para a defesa das suas infra-estruturas de investigação e desenvolvimento nuclear.

Moscovo só poderá tirar vantagem desta sua estratégia se os conflitos em redor e em virtude do Irão não se agravarem e se Teerão voltar a reconhecer abertamente a autoridade inspectora da Agenda Internacional de Energia Atómica (AIEA). Nos últimos meses aconteceu uma mudança em relação à posição russa. Conforme foi noticiado no Diário de Notícias do dia 2010-04-08 passo a transcrever: “a questão do reforço das sanções contra Teerão entrou no "plano prático", anunciou o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Andrei Nesterenko. Realmente, a questão de novas sanções entrou no plano prático, sublinhou.

A Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) e a comunidade internacional continuam a ter interrogações sobre o programa nuclear iraniano, nomeadamente, no que respeita à construção de uma nova geração de centrifugadoras, afirmou Nesterenko.

O mesmo reafirmou que a Rússia reconhece ao Irão o direito de desenvolver o programa nuclear civil, mas insiste que Teerão tem de dar respostas à comunidade internacional.

Acções de Teerão, como o processo de enriquecimento de urânio até 20 por cento e a decisão de construir dezenas de novas fábricas de enriquecimento, vão contra as exigências das respectivas resoluções do Conselho de Segurança da ONU, exemplificou.

Segundo o diplomata russo, isso não contribui para o início de um diálogo construtivo e aumenta as dúvidas sobre a sinceridade das intenções de Teerão de conseguir, o mais depressa possível, a normalização da situação, incentivando o aumento da pressão por parte do Conselho de Segurança.

O grupo dos cinco+um (os cinco membros do Conselho de Segurança - Estados Unidos, Reino Unido, França, China e Rússia - e a Alemanha) reúne-se hoje em Nova Iorque para a imposição de novas sanções ao Irão.

A China, aliado tradicional de Teerão, anunciou que vai participar na primeira ronda de negociações.”

Como se pode observar, a posição russa, com esta tomada de posição encontra-se de algum modo comprometida. Os dividendos económicos, que obtinha, ao manter uma certa neutralidade no Conselho de Segurança da ONU, em relação ao Irão nuclear, poderão estar comprometidos com esta tomada de posição.

### **c. A posição Chinesa**

A China encontra-se sob um dilema de segurança. Os acordos petrolíferos assinados por Pequim aproximaram consideravelmente chineses e iranianos. A liderança chinesa é contra a imposição de um embargo, tendo apoiado discreta e passivamente a proposta russa de enriquecimento de urânio como forma de adiar posições diplomáticas difíceis. Uma eventual opção militar limitaria e o fornecimento de petróleo e gás à China pelo que Pequim, devido ao peso diplomático que (ainda) não tem na região (ao contrário da península coreana) procura enveredar uma abordagem cooperativa através de Moscovo, ainda que tenha votado a favor do envio da questão iraniana ao Conselho de Segurança.

À medida que a capacidade de influência da *troika* da União Europeia se desvanece, a China conjuntamente com a Rússia poderão vir a ter uma influência crescente na atenuação da crise, exigindo paciência por parte da comunidade internacional.

Pequim tem feito grandes desenvolvimentos em termos de investigação e desenvolvimento do seu programa de produção de energia nuclear, tencionando construir até 2020 mais 30 centrais nucleares. Esta vitalidade chinesa poderá vir a posicionar a China como um parceiro privilegiado de fornecimento de tecnologia ao Irão, desde que não viole o preconizado no Protocolo Adicional do TNPT.

Recentemente a China anunciou que vai participar na cimeira dos “cinco+um”, de forma a definir a imposição de novas sanções ao Irão. A China, tem no Irão um importante fornecedor de petróleo, mostra-se oficialmente relutante em aceitar nova sanções contra o Irão e defende a diplomacia e negociações sobre o controverso programa nuclear iraniano. Como membro permanente, ela tem poder de vetar qualquer proposta de sanção apresentada no Conselho. Certos analistas afirmam que a posição de Pequim em relação ao Irão será de retardar ou evitar ao máximo sanções que afectem seu relacionamento comercial com o Irão.

### **d. A posição Norte-Americana**

O discurso do "Eixo do Mal" do Presidente George W. Bush aliado à aprovação de uma nova Estratégia de Segurança Nacional em Setembro de 2002 que preconiza o

emprego preventivo da força militar no lidar com Estados que procurem obter ou desenvolver armas de destruição maciça (ADM), teve o seu teste com a invasão do Iraque. No entanto, a posição de Washington não deixa de ser ambivalente. Se por um lado mobiliza e condiciona o desenvolvimento de programas nucleares por parte da Coreia do Norte e do Irão, por outro, reconhece outras potências nucleares que não aderiram ao TNP, casos da Índia e do Paquistão (para não falar de Israel<sup>15</sup>), tendo assinado no início de Março com Nova Deli um Acordo nuclear que irá permitir a inspeção dos 14 reactores nucleares civis indianos até 2014 por parte da AIEA. Em troca Nova Deli receberá tecnologia nuclear norte-americana que lhe permitirá compensar as suas enormes necessidades de energia, que conjuntamente com a China tem contribuído para inflacionar o preço do petróleo nos mercados internacionais. No entanto, este Acordo deixa de fora das inspeções internacionais os 8 reactores nucleares militares que possibilitam a Índia produzir urânio enriquecido, ao mesmo tempo que não estabelece a obrigatoriedade de Nova Deli aderir ao TNP. Nesta perspectiva, Pyongyang e Teerão têm mais do que motivos para pensarem que "o crime compensa", enquanto que Islamabad poderá começar a questionar as vantagens de ser o principal aliado dos Estados Unidos no combate ao terrorismo no Afeganistão, quando o seu principal adversário estratégico assina um Acordo que lhe permitirá aperfeiçoar a tecnologia nuclear por adição de tecnologia e experiência norte-americana. Estes acontecimentos revelam a política ambígua da administração norte americana, na medida que, a Índia para além de nunca ter aderido ao TNP, também desenvolveu um programa de armamento nuclear secreto (à semelhança do Paquistão e de Israel). Os Estados Unidos apesar do que fizeram no Afeganistão e no Iraque (com quedas do regime), no Irão têm apostado (tal como fizeram com a Líbia) numa estratégia diferente. Já constataram que dificilmente derrubam o regime (após todas as controvérsias Ahmadinejad venceu com maioria absoluta a eleições de 2009), então tentarão manietar o regime do Irão, através de meios Económicos e Políticos, de forma a alcançar o estado final desejado, nunca desprezando o uso da ameaça militar (Smart Power<sup>16</sup>).

---

<sup>15</sup> Israel não subscreveu o TNP e os peritos da AIEA não estão autorizados a visitar as instalações nucleares do país.

<sup>16</sup> "Smart power", poder inteligente, em contraposição com o exercício unilateral e insensato do "Hard power", colado à estratégia de George W. Bush. "Smart Power é a forma de exercer o poder mundial de um modo sensato". "Smart Power" significa dar mais ênfase à diplomacia e implica a habilidade de saber

### **e. A posição da União Europeia (UE)**

A posição da União Europeia tem como porta-voz e interlocutor a *troika* UE-3<sup>17</sup>. A União defende a resolução pacífica da crise, tendo-se empenhado em sistemáticos contactos diplomáticos em nome da AIEA ao longo dos últimos dois anos, ainda que sem grandes resultados. Dos três Estados que fazem parte da *troika*, a França tem sido a mais activa na pressão exercida para que Teerão coopere com a comunidade internacional, chegando o Presidente Jacques Chirac a declarar, numa referência indirecta ao Irão, que a França não hesitará em recorrer às suas armas nucleares contra um Estado que apoie actos terroristas em solo francês<sup>18</sup>.

Perante o fracasso das suas abordagens diplomáticas, a UE-3 concordou em levar a questão iraniana ao Conselho de Segurança.

### **f. A posição da NATO**

O secretário-geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen, em declarações frisou que os países que pertencem à organização vão proteger-se se forem ameaçados pela continuação do programa nuclear iraniano.

"Se o Irão continua a prosseguir com o aumento da sua capacidade nuclear, sobretudo no domínio do armamento em mísseis, os países da NATO podem estar ameaçados", afirmou Rasmussen numa entrevista ao jornal 'Corriere della Sera'. Assim a NATO segue atentamente o desenrolar da situação, estando então a trabalhar com os Estados Unidos, no desenvolvimento de um sistema de defesa anti-míssil. O Vice-Presidente dos EUA Joe Biden disse que os Estados Unidos vão continuar a desenvolver um sistema de defesa anti-míssil para fazer face "a uma crescente capacidade iraniana" mas disse que isso será feito em consultas com a NATO e com a Rússia.

---

conjugar os recursos de "soft power" e de "hard power" de que se dispõe para se levar a cabo uma estratégia ganhadora",

<sup>17</sup> O grupo de países europeus que negociam com o Irão sobre questões nucleares, integrado por Alemanha, França e Grã-Bretanha, conhecido como UE-3.

<sup>18</sup> Molly Moore; (2006); "Chirac: Nuclear Response to Terrorism is Possible", Washington Post, 20 January <http://www.Washingtonpost.com/wpdyn/content/article/2006/01/19/AR200601190331.html> (acedido em 29 de Janeiro de 2010).

## 5. As opções ao dispor da Comunidade Internacional

As opções ao dispor da comunidade internacional não são muito apelativas para o Irão, tendo em linha de conta a sua determinação em concretizar um programa nuclear que abranja o ciclo completo de produção.

A proposta avançada por Moscovo no sentido de que o enriquecimento de urânio fosse feito na Rússia que ficaria igualmente responsável por recolher o combustível usado (impedindo a produção de plutónio a partir deste) teria a vantagem sob a perspectiva da comunidade internacional de garantir os fins pacíficos do programa nuclear iraniano.

Esta proposta russa no sentido de o Irão manter no seu território alguns dos seus elementos tecnológicos associados a produção nuclear, tentou conciliar o melhor de "dois mundos". Por um lado procurou fazer com que Teerão renunciasse ao enriquecimento de urânio — a fase mais crítica de um ciclo de produção de combustível nuclear — actuando em consonância com as preocupações da comunidade internacional (principalmente Estados Unidos e União Europeia), por outro visava retirar dividendos financeiros da aceitação por parte do Irão da sua proposta para que o enriquecimento fosse feito em território russo, aumentando ainda a sua "influência relativa" sobre Teerão.

Uma segunda opção que passa pelas abordagens *cooperativas* avançadas pelo UE-3 no sentido de facilitar a adesão do Irão à Organização Mundial de Comércio, para além da possibilidade (não avançada pela Casa Branca) de no futuro os Estados Unidos poderem reatar as relações diplomáticas com Teerão, eventual e subsequentemente libertarem os fundos do Estado iraniano depositados em território norte-americano (congelados em 1979 em resultado do sequestra de diplomatas norte-americanos na embaixada dos Estados Unidos em Teerão), e facilitarem o acesso iraniano a tecnologia que lhe permitam modernizar a sua indústria petrolífera, em troca da continuação das inspecções sem limitações por parte da AIEA, não parece ser apelativa para os interesses nacionais do Irão, que a vê como uma inaceitável violação da sua soberania.

A terceira opção, a mais óbvia, serão as sanções económicas, as quais só se concretizarão se existir um assinalável grau de consonância internacional e depende substancialmente de dois membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU: a Rússia e a China (com interesses bastantes diferentes em relação ao Irão dos restantes membros do Conselho de Segurança da ONU). A China esta cada vez mais dependente do fornecimento petrolífero por parte do Irão, e a Europa Ocidental mesmo que force um embargo económico ao Irão, a sua dependência energética da Rússia limita o seu poder de

influência sobre Moscovo, ao mesmo tempo que existem divergências no seio da União Europeia quanto a efectividade de uma opção com base em sanções dada a permeabilidade da mesma tendo em consideração exemplos recentes de embargos económicos mal sucedidos como o do Iraque e o da Coreia do Norte<sup>19</sup>.

Uma quarta e derradeira opção e o recurso ao poder militar para destruir ou retardar o programa nuclear iraniano. Caso opte-se por uma intervenção militar e não querendo entrar no campo da táctica de guerra, depreende-se que a opção por uma intervenção militar terrestre de grande envergadura tendo em vista a deposição do regime não é actualmente possível de ser concretizada tendo em linha de conta o empenhamento do Exército norte-americano tanto no Iraque como no Afeganistão. Uma tal operação requererá no mínimo 100 mil efectivos do Exército norte-americano ou de uma coligação que possa vir a ser formada. Actualmente os Estados Unidos não dispõem de meios humanos em reserva suficientes para a consecução de tal operação<sup>20</sup>.

Resta então a opção por um ataque aéreo sustentado capaz de destruir, ou pelo menos atrasar o programa nuclear iraniano. Uma tal operação militar norte-americana e/ou israelita que envolva um ataque aéreo às diversas instalações do complexo nuclear iraniano será bem maior do que uma conduzida somente por Israel que não tem capacidade de atacar todos os possíveis alvos quase que em simultaneidade. Ambos implicarão a destruição sistemática das capacidades de defesa aérea do Irão bem como evitar que Teerão possa retaliar em força. Esta modalidade de acção exige ainda a destruição das unidades da Guarda Revolucionária iraniana localizadas perto da fronteira com o Iraque

---

<sup>19</sup> O que logrou obter melhores resultados parece ter sido aquele contra a Líbia. No entanto a "diplomacia coerciva" norte-americana sobre Tripoli passou por três fases: a estratégia de Ronald Reagan de sanções unilaterais e emprego da força militar, a qual fracassou em larga medida; os resultados mistos de uma estratégia mais multilateral das administrações de George Bush e Bill Clinton; e o sucesso substancial obtido através de negociações directas secretas iniciadas pelo Reino Unido na fase final do segundo mandato Clinton e prosseguidas sob a administração de George W. Bush, que culminou no abandono por parte da Líbia do seu programa de desenvolvimento de armas de destruição massiva.

<sup>20</sup> As forças armadas iranianas contam com 325 mil efectivos no Exército, 18 mil na Marinha e 52 mil na Força Aérea, havendo ainda cerca de 125 mil efectivos da Guarda Revolucionária e mais de 40 mil efectivos pertencentes a uma força paramilitar designada de Exército de Mobilização Popular. International Institute of Strategic Studies; (2005); *The Military Balance*. 2005-2006; London, Routledge; pg. 124-126.

bem como das forças navais regulares ou irregulares que possam tentar limitar o tráfego marítimo no Golfo Pérsico atacando os petroleiros.

No entanto ela não conseguiu mais do que atrasar o programa iraniano em cerca de cinco anos, pois dificilmente serão destruídas todas as infra-estruturas ligadas ao programa nuclear.

Tal operação, a concretizar-se, visará obviamente e numa primeira fase destruir ou infligir danos capazes de atrasarem durante pelo menos por cinco anos o programa nuclear de Teerão, mas no plano político-estratégico demonstrará a determinação de Washington em correr e aceitar riscos associados a uma tal acção preventiva, enviando uma mensagem que não passará despercebida a Pyongyang.

## **6. A actualidade – novos desenvolvimentos**

### **a. Revisão do TNPT, Cimeira de Segurança Nuclear**

Faz cinco anos este mês sobre o início do último processo de revisão do TNPN, uma oportunidade que não foi aproveitada para tornar mais eficaz o actual regime de combate à proliferação nuclear nem para ajudar a resolver os dois problemas já então mais prementes: os casos do Irão e da Coreia do Norte. A 13 de Abril deste ano o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Barack Obama, afirmou que confia que a China se junte às outras nações na pressão para reforçar as sanções contra o Irão por procurar obter armas nucleares.

O presidente chinês, Hu Jintao, disse, durante o seu discurso na cimeira da segurança nuclear que juntou dirigentes de 47 Estados em Washington, que eram necessárias "medidas efectivas" para salvaguardar as armas e os materiais nucleares, mas não fez qualquer alusão ao Irão.

Ao mesmo tempo o líder máximo da República Islâmica do Irão, Ali Khamenei, denunciou, na televisão estatal, o que considera ser "uma ameaça nuclear vergonhosa" do presidente norte-americano Barack Obama contra o Irão.

Os Estados Unidos anunciaram na semana passada uma nova doutrina nuclear excluindo qualquer ataque atómico contra os países que não tivessem arsenal nuclear ou que fossem signatários do TNPN, com excepção de dois países: o Irão e a Coreia do Norte.

Os países ocidentais, com os Estados Unidos e Israel à cabeça, acusam o Irão de estar a tentar desenvolver uma bomba atómica, utilizando o seu programa nuclear com supostos fins civis para encobrir esse objectivo, apesar do Irão ser signatário do TNPN e de negar todas as acusações.

O Irão já garantiu publicamente que tem intenção de apresentar queixa nas Nações Unidas contra estas "ameaças" dos Estados Unidos.

Apesar de este jogo diplomático, nota-se grande preocupação dos estados em relação á proliferação nuclear. Não obstante as dificuldades do processo, expressas no atraso de três meses na negociação de um novo START (Strategic Arms Reduction Treaty), está concluído e assinado com a presença dos Presidentes Obama e Medvedev. Ao mesmo tempo, temos que contar com uma China que, inconformada com o facto de não ter uma situação de paridade com a Rússia e os EUA, continua a desenvolver, quantitativa e qualitativamente, o seu arsenal nuclear. Temos também a provável próxima entrada de

mais dois membros no “clube nuclear” (Irão e Coreia do Norte<sup>21</sup>) o que ameaçará o saldo ainda positivo<sup>22</sup> entre os que abandonaram as pretensões de se tornarem potências nucleares e os que entretanto ingressaram no “clube”, desde a entrada em vigor do TNP. O caso do Irão, em vias de se tornar a 10ª potência nuclear, poderá conduzir outros países da região a enveredarem por uma opção nuclear, o que teria consequências dramáticas para o equilíbrio já extremamente precário do Médio Oriente e para a sobrevivência do próprio Tratado.

### **b. Brasil, novo participante na discussão do problema nuclear do Irão**

Enquanto a Alemanha e os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança tentam acertar uma estratégia para levar Teerão a suspender o enriquecimento de urânio e aceitar certos termos, o Brasil, aparentemente a seguir uma estratégia própria, recebe o Presidente Ahmadinejad para conversações e assinatura de acordos na área da biotecnologia, energia e agricultura.

O assunto, compreensivelmente, tornou-se polémico e objecto de várias especulações em círculos diplomáticos e na imprensa internacional, com quase todos a associar esta iniciativa com a aceleração do esforço diplomático que o Itamarari vem fazendo para conseguir para o Brasil um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o que pressupõe que o Brasil se torne um actor global.

Tornou-se patente há já algum tempo que uma das apostas iranianas para colocar em curto-circuito a estratégia de dissuasão que os EUA adoptam em relação a Teerão inclui a criação de algumas zonas de influência própria e o estreitamento de relações com os países que podem contrabalançar os EUA (Brasil, Rússia Índia e China - países do BRIC) ou que mantenham relações difíceis ou conflituosas. A América do Sul é uma das zonas em que Teerão tem “investido” consistentemente e onde se identificam vários países (com destaque para a Venezuela mas incluindo também a Nicarágua, o Equador e a Bolívia, por exemplo) que têm sérias reservas contra Washington.

---

<sup>21</sup> A Coreia do Norte já reclama o estatuto de potência nuclear, em função dos dois testes nucleares que já realizou.

<sup>22</sup> Saíram oito possíveis candidatos (África do Sul, Argentina, Bielorrússia, Brasil, Kasaquistão, Líbia, Ucrânia, entraram três Israel, Índia e Paquistão estão para entrar Coreia do Norte e Irão

A reputação que o Brasil parece procurar é a de neutralidade, de abertura a todos e capacidade de mediar activamente conflitos, certamente um crédito importante no processo de candidatura ao CSNU.

Não esquecer que o Brasil faz parte dos poucos países que defendem o direito dos iranianos de desenvolver um programa nuclear com fins pacíficos, apesar das críticas da comunidade internacional, principalmente dos Estados Unidos. O Brasil tem também um programa nucleare exclusivamente para fins pacíficos, e tem um acordo com a AIEA, que permite à agência inspeccionar instalações brasileiras.

Num encontro a 27 de Abril de 2010, em Teerão, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, encontrou-se com o presidente do parlamento iraniano Ali Larijani e o negociador iraniano sobre questões nucleares, Said Jalili, sobre as questões nucleares dos dois países. Declarou também que estaria aberto a examinar uma eventual proposta relacionada à troca de urânio de baixo teor de enriquecimento por combustível enriquecido em solo brasileiro. Será a luz ao fundo do túnel que a comunidade internacional tanto aguarda!

## 7. Considerações finais

Por tudo o que foi analisado, e como conclusões finais, importa referir que o Irão *pretende* desenvolver o seu programa nuclear, e a conjuntura política actual do país, permite antever que será *empregue para fins não pacíficos* (devido ao radicalismo e fundamentalismo do poder político no Irão).

Acusa-se o Irão de patrocinar também o terrorismo transnacional. Um Irão com armamento nuclear seria calamitoso. Basta imaginar grupos terroristas com acesso a esse tipo de armamentos. Israel em primeiro lugar, depois a Europa e por fim os EUA estariam na mira desses grupos.

Caso concretize o programa nuclear, haverá uma alteração de forças na região e uma sensação de invulnerabilidade por parte do Irão, incutindo depois uma agenda mais radical - e consentânea com a ideia de exportar a sua revolução islâmica.

Relativamente ao decisor político, Mahamoud Ahmadinejad, as suas afirmações radicais não são um mero produto para consumo interno. Possui um passado tenebroso e é um filho radical da revolução. No fundo, este decisor político é bastante claro: ele pensa o que diz, o que sente - e o que quer fazer.

Existe tensão e descontentamento na sociedade civil iraniana (tornado muito notório após as últimas eleições, com constantes manifestações nas ruas e confrontos da população com as forças de segurança), sendo necessário aproveitar esta janela de oportunidade para fomentar uma mudança de regime.

As sanções que sistematicamente têm sido aplicadas contra Teerão não surtem os efeitos desejados: o Irão lançou um satélite, experimentou mísseis, testou um avião furtivo, produziu um carro eléctrico. Financeiramente, aparenta estar saudável e com o vigor de um Estado que pode marcar a diferença em termos regionais. Sendo ou não verdade que as contas públicas iranianas estão definhadas, o que é certo é que o Irão tenta tudo por tudo para marcar o seu lugar na comunidade internacional, aumentar o seu prestígio e influência, principalmente em termos regionais, garantindo as condições para resistir às pressões internacionais que contrariam o país nas suas políticas menos moderadas e sensatas, nomeadamente no ódio contra Israel e o sionismo, o financiamento do terrorismo islâmico, etc.

A comunidade internacional não pode, todavia, aceitar a nuclearização de um Estado que não se enquadra na sua maneira de ser e temendo que os iranianos estejam a tentar

ganhar tempo para alcançar a construção da bomba numa altura em que se fala de desnuclearização, as estratégias adoptadas pelos diferentes actores vão variando.

A Europa sempre foi mais adepta da via do diálogo e da integração do Irão; com o passar do tempo, e seguindo a mesma linha da política externa americana, começaram a endurecer a sua posição, reclamando por mais sanções contra o regime de Ahmadinejad. A Rússia é, como já vimos, um aliado tradicional do Irão, mas não tem qualquer interesse em ver nascer mais um estado nuclear tão perto do seu território. A China é o mais fiel dos aliados iranianos e na qual se concentram as diplomacias de todos os restantes membros no sentido de a convencer a não obstaculizar o pacote de sanções. Por sua vez, os árabes não querem um Irão nuclear por ser uma ameaça à sua segurança e porque abdicaram da sua própria nuclearização, assinando o TNP, o que seria posto em causa com a mudança de estatuto do Irão, podendo exigir esse mesmo estatuto para eles próprios e originando uma corrida aos armamentos que desestabilizaria toda a região do Médio Oriente e do Golfo Pérsico. Naturalmente que a AIEA não vê com bons olhos todos os passos dados por Ahmadinejad, que considera claras violações do Tratado e do Protocolo Adicional e, pela primeira vez, esta organização fala mesmo da possibilidade daquele país estar efectivamente a construir uma bomba nuclear, pedindo uma maior velocidade na aplicação de sanções.

Quanto aos Estados Unidos, a evolução foi semelhante àquela que analisámos na Europa. Com Bush, uma valorização do unilateralismo e da coercibilidade; com Obama, o reforço da multilateralidade e do diálogo, que, não tendo surtido os devidos efeitos, evoluiu para um discurso mais duro que se aproximou da visão da Secretária de Estado Hillary Clinton. Nesse sentido, Clinton e uma grande equipa diplomática fizeram, em Fevereiro de 2010, um périplo pelo Médio Oriente e pelo Golfo Pérsico, visitando Israel, o Líbano, a Síria, a Jordânia, o Egipto, a Arábia Saudita e o Qatar. A sua intenção era mostrar a estes países que os EUA estariam ao seu lado em caso de ataque do vizinho Irão e convencer a Casa de Saud, da Arábia Saudita, a fornecer à China o petróleo necessário caso o Irão cortasse o abastecimento em retaliação a uma posição chinesa que lhe desagradasse. Nesta construção de uma “coligação de vontades”, Washington conseguiu ainda que quatro países do Golfo adquirissem sistemas anti-mísseis americanos, assegurando, assim, alguns aliados na região. O Irão denunciou esta política dos EUA como interesseira, defendendo que só o fizeram para disfarçar os seus reais interesses na zona.

De momento, aguardam-se passos importantes neste jogo diplomático com o Irão. Um Irão nuclear alteraria os equilíbrios regionais e poderia dar origem a uma corrida ao armamento nuclear em toda a zona do Golfo Pérsico e do Médio Oriente, que temeriam pela sua segurança. No entanto, convém não esquecer o facto de que se todos os iranianos são a favor do programa nuclear, nem todos o são relativamente à construção de material bélico e estes poderiam ser apoiados pelas forças internacionais, no sentido em que trariam um discurso mais moderado e mais enquadrado no cenário internacional do que os radicais que se recusam a integrar esse grupo. A ONU e a AIEA têm um papel central em toda esta discussão e este será um teste fundamental à eficácia destas organizações e ao futuro do nuclear. Num momento em que Obama apresenta uma reformulação da sua política nuclear no sentido de a diminuir drasticamente e em que poderá ter o apoio do Kremlin e a disposição de uma empobrecida Coreia do Norte em retomar as negociações, a resolução desta delicada questão no Irão pode ser a pedra angular de toda a problemática nuclear internacional, que é uma das chaves da *segurança do globo*. Desta vez, ao contrário das anteriores, a aliança internacional aponta mais uniformemente na direcção de sanções contra aquele país, até mesmo com a ainda vacilante China – este pode, por isso, ser um sinal claro de que a comunidade não está interessada em compactuar com mais violações do TNP e que quer, efectivamente, assegurar a aplicação do Tratado.

## 8. Referências Bibliográficas

- a. ALEXANDRE, Ricardo (2006). Irão: O País Nuclear. 3ª Edição, Ambar. Lisboa.
- b. PLESSIS, Laurent Artur du (2006). O Irão na 3ª Guerra Mundial. 2ª Edição, Via Occidentalis. Paris.
- c. SCHAKE, Kori N., YAPHE, Judith S. (2001). The Strategic Implications of a Nuclear Armed Iran.
- d. RIBEIRO, José Félix (2008). O Irão, os EUA e a Geopolítica do Golfo Pérsico. Nação e Defesa, p.73-85.
- e. BANDEIRA, André Mello (2007). O Programa Atómico do Irão. Revista Militar, p. 919-932.
- f. BANDEIRA, André Mello (2007). O Programa Atómico do Irão. Revista Militar, p. 919-932.
- g. GONÇALVES, Francisco Jorge (2007). Relativamente ao seu programa nuclear, deve o Irão ser apaziguado. Revista Militar, p. 1209-1225.
- h. CARRIÇO, Manuel Alexandre (2006). A crise nuclear Iraniana: Os dilemas da Comunidade Internacional. Revista Militar, p. 481-518.
- i. RODRIGUES, Alexandre Reis (2009, 1 de Agosto). Irão, uma crise não resolvida. Acedido a 14 de Dezembro de 2009, em <http://www.jornaldefesa.com.pt/pesquisa.asp>
- j. RODRIGUES, Alexandre Reis (2010, 29 de Março). O sonho do desarmamento nuclear e a próxima revisão do Tratado de Não Proliferação. Acedido a 14 de Abril de 2010, em <http://www.jornaldefesa.com.pt/pesquisa.asp>
- k. RODRIGUES, Alexandre Reis (2009, 29 de Novembro). Brasil, novo participante na discussão do problema nuclear do Irão. Acedido a 14 de Abril de 2010, em <http://www.jornaldefesa.com.pt/pesquisa.asp>
- l. MATOS, André Pereira (2010, 8 de Março). O Irão e a Questão Nuclear. Acedido a 14 de Abril de 2010, em <http://www.jornaldefesa.com.pt/pesquisa.asp>
- m. JORNAL DE NOTICIAS ONLINE (2010, 14 de Março). Obama quer Israel no Tratado de Não Proliferação. Acedido a 14 de Abril de 2010, em [http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=1543504](http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1543504)

- n. JORNAL DE NOTICIAS ONLINE (2010, 13 de Março). Obama pede acção mundial. Acedido a 14 de Abril de 2010, em [http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Mundo/interior.aspx?content\\_id=1543087](http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Mundo/interior.aspx?content_id=1543087)
- o. JORNAL DE NOTICIAS ONLINE (2010, 13 de Março). Obama confia que China se juntará aos que querem reforçar sanções contra o Irão. Acedido a 14 de Abril de 2010, em [http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=1543500](http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1543500)
- p. JORNAL DE NOTICIAS ONLINE (2010, 11 de Março). Ali Khamenei denuncia "ameaça nuclear vergonhosa" de Obama. Acedido a 14 de Abril de 2010, em [http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Mundo/interior.aspx?content\\_id=1541376](http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Mundo/interior.aspx?content_id=1541376)